

Missão começa hoje a conversar com FMI para ter acordo "stand-by"

BRASÍLIA — O governo brasileiro inicia hoje, em Washington, os contatos oficiais com o Fundo Monetário Internacional para a assinatura de um acordo *standby* que, ainda este ano, poderá liberar empréstimo de até US\$ 700 milhões. O fechamento do acordo dependerá, fundamentalmente, da aprovação, pelo FMI, das contas internas do governo, com base na revisão do Orçamento Geral da União e da previsão do déficit público para 1988.

A missão brasileira que seguiu ontem para os Estados Unidos, chefiada pelo assessor especial do Ministério da Fazenda, Michal Gartenkraut, leva na bagagem um diagnóstico feito recentemente sobre a evolução do déficit público e um rol de sugestões para a adoção de medidas adicionais de contenção de despesas da União, que deverão ser adotadas para tornar viáveis os cortes de, no mínimo, 10% — em termos reais — na Lei de Excessos. Entre elas está a redução drástica de alguns subsídios oficiais e incentivos fiscais, ainda este ano.

Um ajustamento interno da economia para o controle do déficit é uma das principais exigências do FMI para a abertura das negociações. O Fundo quer mais rigor na administração das contas internas do Brasil e exige, ainda, que o futuro acordo seja feito nas bases tradicionais. Ou seja, o FMI quer "devolver o Brasil aos trilhos da negociação convencional", como diz um dos economistas do governo que acompanha o andamento dos contatos. Isto pressupõe um monitoramento formal da economia brasileira pelo Fundo, através de um acompanhamento permanente —, condições já aceitas pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega que, no entanto, ainda insiste na desvinculação do acordo com o FMI aos desembolsos dos créditos pelos bancos privados.

Nesta viagem, também deverá ser discutida a duração do acordo, ainda um ponto pendente. Há duas correntes no governo: uma quer um acordo a curto prazo, ou seja, que dure apenas este ano, e a outra defende um acordo de médio prazo, que prevê desembolsos até 1990.

Essa segunda hipótese parece encontrar, dentro do FMI, maior simpatia, especialmente porque o Brasil não tem demonstrado condições de reduzir o seu déficit público, este ano, para menos de 4% do Produto Interno Bruto (cerca de CZ\$ 2 trilhões 900 bilhões) nível considerado muito elevado pelo FMI.